Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Fertilizantes Heringer S.A. ("Heringer" ou "Companhia") tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização de fertilizantes sob a marca Heringer, desde 1968.

A Companhia atua ainda com operações de transportes rodoviários e prestação de serviços através de sua subsidiária integral Logfert Transportes S.A. (anteriormente denominada Lógica Transportes S.A.).

A Companhia possui atualmente 19 unidades de mistura e dois escritórios comerciais, distribuídas nas regiões, sudeste, centro oeste, sul e nordeste. Dentre essas unidades, três delas iniciaram suas operações em 2010, sendo uma unidade própria, a de Dourados – MS (substituiu a unidade de Rio Brilhante – MS, que era alugada), uma unidade em comodato, a de Anápolis – GO, e uma terceirizada, - São João do Manhuaçu – MG. Em Paranaguá – PR, a Companhia possui, além de uma unidade de mistura, uma unidade fabril de ácido sulfúrico e Super Fosfato Simples ("SSP").

As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas no mercado de bolsa, admitidas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 8 de março de 2012.

2 Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão resumidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando mencionado em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído (*deemed cost*) de terrenos e edificações na data de transição para CPCs e IFRS e o valor justo de ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e estão sendo apresentadas juntamente com as demonstrações financeiras consolidadas.

As notas explicativas se referem às demonstrações financeiras da controladora e, quando indicado, também às demonstrações financeiras consolidadas.

c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPC/IFRS vigindo a partir de 2011 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

A seguinte política contábil é aplicada na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Controlada

Controlada é toda a entidade cuja política financeira e operacional pode ser conduzida pela Companhia e na qual normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. Uma controlada é integralmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixa de ser consolidada a partir da data em que o controle cessa.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios.

As operações entre a Companhia e sua controlada, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações e seus efeitos tributários, foram eliminados. As políticas contábeis da controlada foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Fertilizantes Heringer S.A. e sua subsidiária integral Logfert Transportes S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Heringer as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas apenas pela avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, inferior a 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudanca de valor, bem como contas garantidas.

Nas demonstrações do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados em contas garantidas, quando aplicável, que são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos" no passivo circulante.

(d) Ativos financeiros

(i) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são incluídos nessa categoria, a menos que tenham sido designados como instrumento de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, outros ativos e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

(ii) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de "Receitas financeiras", quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. A Companhia avalia, na data das demonstrações financeiras, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros (Nota 5).

(iii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não registrados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

(iv) Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados pelo custo amortizado

A Companhia avalia, na data das demonstrações financeiras, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por um valor superior ao seu valor recuperável. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas são reconhecidas somente se há evidência objetiva dessa deterioração como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido pelo uso de uma conta de provisão, e o valor da perda é reconhecido no resultado do exercício, como "Outras despesas operacionais" e, no caso de provisão para perdas em clientes, como "Despesas com vendas". Quando uma conta a receber de clientes é incobrável, esta é baixada contra a conta de provisão original.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida no resultado do exercício, como "Outras despesas operacionais" e, no caso de provisão para perdas em clientes, como "Despesas com vendas".

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Instrumentos derivativos e atividades de hedge

A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, contratados com o propósito de mitigar os efeitos da volatilidade do câmbio, principalmente sobre suas compras de produtos importados. Esses derivativos não são utilizados para fins especulativos e são mensurados pelo valor justo.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a contabilização de hedge (*hedge accounting*).

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 10.

(e) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes (Nota 5). A avaliação da existência de *impairment* é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças.

O valor justo das contas a receber de clientes registrado inicialmente é determinado pelo valor presente desses ativos calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

(f) Estoques

Os estoques de matérias-primas e embalagens são avaliados e demonstrados ao custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição ou aos valores de realização. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas, sempre considerando a capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

(g) Depósitos judiciais

Os depósitos em juízo, que representam ativos restritos da Companhia, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas. Estes depósitos são mensurados pelo custo amortizado, considerando o índice de correção aplicável a cada tipo de depósito. Nos casos em que há provisão para contingências as mesmas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Investimento

O investimento em subsidiária integral é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como "Resultado de participações societárias" nas demonstrações financeiras individuais. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, os resultados não realizados de transações entre a Companhia e sua controlada são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido.

Quando necessário, as práticas contábeis da controlada são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

(i) Bens destinados a venda

Os bens destinados a venda são classificados no ativo não circulante. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil puder ser recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo.

(j) Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem principalmente fábricas e escritórios. Os bens do imobilizado são avaliados pelo valor do custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação, e eventuais perdas decorrentes de ajuste ao valor recuperável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Em função da relevância dos montantes apresentados, a Companhia utilizou em 1º de janeiro de 2009 a opção da adoção de custo atribuído aos seus terrenos e edificações.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas apresentadas abaixo. Terrenos não são depreciados.

Taxas de depreciação - % ao ano

	Nominal	Média ponderada
Edifícios e construções	2 - 14	2
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	5 – 50	13
Móveis e utensílios	10 - 25	11
Veículos	20 - 25	21
Hardware	10 - 20	20

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.2(l)).

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

(k) Intangíveis

(i) Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos.

(ii) Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 16.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 16.

(l) Redução ao valor recuperável de ativos - ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(m) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são passivos financeiros e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e custos de transação não amortizados proporcionais ao período incorrido, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

(n) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

(o) Imposto de renda e contribuição social diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, no Brasil na data das demonstrações financeiras da Companhia. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data das demonstrações financeiras, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros, trazidos a valor presente. Essas projeções, são baseadas em estudos técnicos elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. As mesmas foram examinadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

(p) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Companhia reconhece provisão para contratos onerosos quando os benefícios que se espera auferir de um contrato forem menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio do contrato.

(q) Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Companhia possui um programa de participação nos lucros ou resultados – PLR, por meio do qual distribui aos seus empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

A Companhia distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Na apuração de saldo a pagar de participação nos lucros ou resultados, tal adiantamento é descontado do montante a que cada empregado tem direito. Em não havendo saldo de participação, o adiantamento não é objeto de desconto. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço. Os valores podem ser contabilizados como custo dos produtos vendidos, despesas com venda ou despesas gerais e administrativas conforme o caso.

(r) Capital social

O capital da Companhia é compreendido integralmente por ações ordinárias, sem valor nominal. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Quando a Companhia compra ações do seu próprio capital (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos dos impostos), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos dos impostos, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(s) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando há lucros disponíveis para distribuição, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

(t) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e sua controlada.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(i) Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, ou seja, para casos de vendas FOB, a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira a mercadoria nas unidades da Companhia; para casos de venda CIF, a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente.

As vendas são realizadas com pagamentos à vista ou à prazo. Existem ainda vendas realizadas por meio de um programa de "vendor", financiadas através de bancos, que assumem a responsabilidade dos recebíveis pelo período de até um ano.

(ii) Prestação de serviços de transportes

A receita de contratos de prestação de serviços de transporte por preço fixo é, em geral, reconhecida no período em que os serviços são prestados.

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de "Receita financeira". Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Demais receitas e despesas

As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

(u) Custo dos produtos vendidos

As bonificações decorrentes de compras de matérias-primas, concedidas pelos fornecedores, são reconhecidas como redutora de custos na rubrica "Custo de produtos vendidos", no resultado do exercício, na medida em que a Companhia adquire o direito ao seu recebimento, mediante o atendimento dos volumes de compra e outros parâmetros pré-estabelecidos.

As despesas relativas a frete de compras de matérias-primas e materiais auxiliares são apropriadas aos custos dos produtos vendidos quando da venda dos mesmos. As despesas com frete relacionadas à entrega da mercadoria, bem como as despesas com comissão sobre vendas são registradas como despesas comerciais, quando incorridas.

(v) Operações de "vendor"

A Companhia mantém contratos com instituições financeiras relativos a operações de "vendor" e crédito rural (vendas à vista com financiamento de instituições financeiras direto para o comprador, as quais assumem a responsabilidade dos recebíveis pelo período de até um ano), efetuadas com seus clientes preferenciais. Essas transações estão apresentadas no balanço patrimonial em contas de passivo por ser a Companhia garantidora dessas operações. As potenciais perdas são consideradas quando da constituição da provisão para "impairment".

(w) Incentivos fiscais

Redução de ICMS: o benefício fiscal decorre do deferimento concedido à Companhia em setembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS apurado na unidade fabril de Rosário do Catete-SE. O benefício é registrado diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta Lucros acumulados para Reserva de lucros de incentivos fiscais (Nota 20). O programa tem duração de dez anos, com vencimento em 2013.

Redução do imposto de renda a recolher: A partir de 2007, a Companhia passou a usufruir benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda a recolher obtido da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE. O benefício, que é determinado com base no lucro da exploração, foi concedido em março de 2006, por um período de 10 anos e abrange a unidade localizada em Rosário do Catete-SE. O benefício é registrado diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta Lucros acumulados para Reserva de lucros de incentivos fiscais (Nota 20).

(x) Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos no resultado do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(y) Conversão em moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Heringer e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(ii) Transações e saldos

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como "Variação cambial, líquida" (Nota 25).

(z) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício; já o resultado por ação diluído é calculado de maneira similar ao resultado básico por ação, exceto pelo fato de que as quantidades de ações em circulação serem ajustadas, quando aplicável, para refletir ações adicionais que estariam em circulação caso transações com potencial efeito de diluição tivessem sido emitidas durante o exercício.

Para fins de atendimento à legislação societária, o lucro por ação é calculado considerando a quantidade de ações em circulação na data das demonstrações financeiras, líquido das ações em tesouraria.

(aa) Apresentação de informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, nas pessoas de seu presidente, CEO da Companhia e membro do Conselho e demais membros independentes responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

(bb) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

As operações de compra de matéria-prima realizadas por meio de FININP — Financiamentos de importação - são apresentadas como atividade operacional da demonstração dos fluxos de caixa pelo fato de estarem diretamente relacionadas com as atividades operacionais da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- . IAS 19 "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A administração está avaliando o impacto total dessas alterações no Grupo. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- . O IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- . O IFRS 10 "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 10. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- O IFRS 12 "Divulgação de participação em outras entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 12. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

IFRS 13 - "Mensuração de valor justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicálo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. O Grupo ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e premissas contábeis críticas

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia registra ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre saldos não utilizados de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. O reconhecimento desses ativos leva em consideração a expectativa de geração de lucro, assim com a existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis. Na estimativa dos resultados futuros que permitirão à compensação desses ativos a administração da Companhia considera premissas de crescimento de mercado, crescimento das suas operações e taxas de desconto.

(b) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data das demonstrações financeiras. A Companhia utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de instrumentos financeiros derivativos, os quais não são negociados em mercados ativos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

(a) Parcelamento tributário – Lei 11.941/09

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais instituído pela lei nº 11.941/09. Nos termos do referido programa, os débitos incluídos no parcelamento foram consolidados em junho de 2011 pela Receita Federal do Brasil. Em 2009, baseada na avaliação dos requerimentos do programa e na opinião dos seus assessores jurídicos, a Companhia concluiu que todos os requisitos para consolidação dos débitos foram cumprido e, dessa forma, reconheceu ganho de R\$ 7.274 no resultado do exercício sendo R\$ 29.555 como receitas financeiras, R\$ 29.917 como outras despesas operacionais e R\$ 7.636 como benefício de imposto de renda e contribuição social.

4 Caixa e equivalentes de caixa

		(Controladora
	Taxa média	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Recursos em banco e em caixa		38.643	43.602
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (i)	100,4 % do CDI 100,5 %	346.139	113.598
Debêntures – operações compromissadas (ii)	do CDI	4.453	17.803
Outras aplicações		1.016	1.051
		390.251	176.054
			Consolidado
	Taxa média	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Caixa e bancos Certificados de Depósitos Bancários - CDB (i) Debêntures – operações compromissadas (ii) Outras aplicações	100,4 % do CDI 100,5 % do CDI	40.036 346.139 4.453 1.016	44.476 113.598 17.803 1.051
		391.644	176.928

⁽i) Os Certificados de Depósitos Bancários – CDB, são denominados em reais, com rentabilidade atrelada à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, com liquidez imediata.

⁽ii) Debêntures – operações compromissadas, referem-se a operações realizadas com instituições financeiras de primeira linha, com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Contas a receber de clientes

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Contas a receber no país Contas a receber no exterior Perdas por "impairment" das contas a receber Ajuste a valor presente	544.752 2.505 (24.214) (5.268)	430.081 1.405 (41.451) (2.779)
Ativo circulante	517.775 (517.670)	387.256 (387.256)
Ativo não circulante	105	

O ajuste a valor presente foi calculado tomando como base todas as operações de venda com prazo superior a 30 dias com juros nominais das transações de 1,2% ao mês (1,2% ao mês em 31 de dezembro de 2010) utilizando fluxo de caixa descontado.

Os saldos de contas a receber no exterior no valor de R\$ 2.505 (R\$ 1.405 em 31 de dezembro de 2010) estão denominados em dólares norte-americanos.

Os valores justos das contas a receber se aproximam dos seus valores contábeis em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, nenhum dos clientes da Companhia representava mais do que 10% das receitas totais.

Em 31 de dezembro de 2011, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 69.094 (R\$ 53.291 em 31 de dezembro de 2010) encontram-se vencidas, mas sem perdas. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente ou para os quais a Companhia possui garantias reais. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de <u>2011</u>	31 de dezembro de 2010
Até três meses De três a seis meses Mais de seis meses	20.459 11.428 37.207	9.896 841 <u>42.554</u>
	69.094	53.291

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2011, as contas a receber de clientes totalizavam R\$ 541.989 (R\$ 428.707 em 31 de dezembro de 2010) e estavam vencidas e provisionados os valores de R\$ 24.214 (R\$ 41.451 em 31 de dezembro de 2010). A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Até três meses		15
De três a seis meses	9	20
Mais de seis meses	<u>24.205</u>	41.416
	24.214	41.451

As movimentações na provisão para perdas das contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2011	2010
Em 1º de janeiro Provisão para perdas das contas a receber Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício	41.451 (206)	45.318 3.170
como incobráveis	(17.031)	(7.037)
Em 31 de dezembro	24.214	41.451

A constituição e a baixa da provisão para perdas das contas a receber foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas".

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Outros ativos

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Adiantamentos a fornecedores (i)	17.136	21.553
Rateios de importações (ii)	1.594	3.112
Venda de imobilizado partes relacionadas (Nota 11)	355	1.348
Adiantamentos a funcionários	1.471	1.197
Venda de imobilizado	7.909	472
Outras	2.787	3.482
	31.252	31.164
Ativo circulante	(31.252)	(30.449)
Ativo não circulante		715

- (i) Adiantamentos a fornecedores referem-se a adiantamentos efetuados para certos fornecedores para compra de matéria prima no curso normal das operações da Companhia.
- (ii) Rateios de importações referem-se a contas a receber de outras empresas de fertilizantes por conta de importações compartilhadas.

7 Estoques

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Materias primas e embalagens Importações em andamento	482.260 161.662	291.563 170.876
Adiantamentos a fornecedores Almoxarifado Provisão para ajuste a valor de mercado (i) Ajuste a valor presente	14.412 8.776 (2.620 <u>)</u> (2.358)	4.704 8.702 (1.335)
Tagusto a varor prosonto	662.132	474.510

(i) Os estoques de matérias primas e embalagens, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estão avaliados e demonstrados ao custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição ou aos valores de realização.

O custo dos estoques reconhecidos como despesas e incluídos em "Custo dos produtos vendidos" totalizou R\$ 3.859.872 em 2011 (R\$ 2.888.735 em 2010).

Alguns itens do estoque que somam o valor de R\$ 9.379 em 31 de dezembro de 2011 estão dados em garantia de operações com fornecedores (Nota 17) e de financiamentos (Nota 18).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Tributos a recuperar

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Contribuição para financiamento da seguridade social –		
COFINS (i)	121.002	77.009
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços –		
ICMS (ii)	65.647	65.213
Provisão para deságio na venda de créditos de ICMS (i)	(32)	(184)
Provisão para perda de créditos de ICMS-GO		(6.835)
Programa de integração social – PIS	21.535	10.925
IRRF sobre aplicações financeiras	13.278	596
	221.430	146.724
Ativo circulante	(125.735)	(127.021)
Ativo não circulante (i)	<u>95.695</u>	19.703

- (i) Os saldos de COFINS serão recuperados parte nas operações da Companhia e parte através de pedidos de restituição, no valor total original de R\$ 21.909, protocolados na Receita Federal do Brasil entre agosto de 2009 e março de 2010, bem como através de pedido de compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.
- (ii) Os créditos acumulados de ICMS serão utilizados na aquisição de ativo imobilizado e insumos para produção, além da utilização nas operações normais da Companhia. Na data das demonstrações financeiras, a companhia possui aprovação para transferências de créditos junto à autoridade estadual de Minas Gerais no montante de R\$ 1.979 e em processo de aprovação junto a autoridades estaduais de Minas Gerais no montante de R\$ 2.660, para Estado de São Paulo o montante de R\$ 21.051 e do Estado da Bahia R\$ 5.391. A companhia negociou a venda de crédito de ICMS a terceiros com provisão para deságio no montante de R\$ 32 em 31 de dezembro de 2011.
- (iii) O ativo não circulante refere-se basicamente à parcela de PIS e da COFINS sobre ativo imobilizado cuja realização deverá ocorrer durante os anos de 2012 a 2014.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- 9 Imposto de renda e contribuição social a recuperar, a recolher, correntes e diferidos
- (a) Composição do imposto de renda e contribuição social a recuperar e a recolher

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativo		
Imposto de renda a recuperar (i)	92.696	130.833
Contribuição social a recuperar (i)	7.057	29.892
	99.753	160.725
Ativo circulante	(99.753)	(200)
Ativo não circulante		160.525
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Passivo		
Imposto de renda a recolher		7.514
Contribuição social a recolher		3.161
Passivo circulante		10.675

(i) Os saldos de imposto de renda e contribuição social a recuperar decorrem, principalmente, de recolhimento a maior realizado durante o exercício de 2008, cujo pedido de restituição junto a Receita Federal do Brasil foi protocolado em 9 de abril de 2009. Em 22 de setembro de 2011 o montante de R\$ 58.162 foi restituído a Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição dos tributos diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	Diferido ativo		Diferido passivo	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	54.098	58.177		
Diferenças temporárias:				
Perda/Ganho não realizado com				
instrumentos financeiros		7.565	8.048	
Provisão para comissões				
sobre vendas	2.828	2.870		
Ágio amortizado de				
empresa investidora				
incorporada	1.552	2.022		
Provisão para contingências	597	1.406		
Provisão para créditos				
de realização duvidosa	192	968		
Ajuste a valor presente	2.998	945	4.031	3.549
Provisão para ajuste ao				
valor de mercado dos	_			
estoques	891	454		
Provisão para perdas na				
realização de bens				
destinados à venda	210	214		
Ajuste de avaliação				
patrimonial			27.140	24.616
Outras	<u>552</u>	2.541	2.490	1.693
	63.918	77.162	41.709	29.858
			<u> </u>	<u>, , , , , , , , , , , , , , , , , , , </u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores de compensação são os seguintes:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos Ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos a serem		
recuperados depois de 12 meses Ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos a serem	46.436	58.306
recuperados em até 12 meses	17.482	18.856
	63.918	77.162
Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos		
Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos a serem liquidados depois de 12 meses	25.961	25.826
Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos a serem liquidados em até 12 meses	15.748	4.032
	41.709	29.858
Ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	22.209	47.304

(c) Período estimado de realização

Os valores dos ativos fiscais diferidos, apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	dezembro de 2011
2011	
2012	15.210
2013	13.778
2014	14.882
2015	15.936
2016	4.112
	63.918

a. da

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos e passivos diferidos de diferenças temporárias entre o resultado contábil e o tributário, são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a ser concretizada quando do efetivo pagamento das referidas provisões, momento em que as mesmas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos.

(d) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2011	<u>2010</u>
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	95.093	88.386
Alíquota nominal dos tributos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(32.332)	(30.052)
Efeitos das exclusões permanentes no cálculo dos tributos: Aplicação do Parecer Normativo 01/11 retroativo a 2010 Baixas Definitivas de Duplicatas Incobráveis Benefícios fiscais e subvenções Outras	(817) (940) 2.955 (69)	3.712 (241)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(31.203)	(26.581)
Corrente Diferido	(6.941) (24.262)	(17.876) (8.70 <u>5</u>)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(31.203)	(26.581)
Alíquota efetiva dos tributos	33%	30%

(e) Regime Tributário de Transição

A apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido das Companhias é realizada de acordo com o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09, por meio de registros no livro de apuração do lucro real - LALUR ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil. A opção por este regime foi formalizada em 13 de outubro de 2009, época da entrega da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - DIPJ do ano-calendário 2008. A partir de 2010, este regime tributário passou a ser obrigatório..

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Instrumentos financeiros derivativos

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos "swaps" são resumidos a seguir:

	referênci	Valor de Gar ência (nocional) Valor justo Curva do instrumento			alor justo Curva do instrumento			nhos / perdas incorridos
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Posição ativa Moeda estrangeira	403.520	506.466	405.721	506.011	404.762	507.010	98.654	23.974
Posição passiva Índice - CDI	(403.520)	(506.466)	(382.052)	(528.261)	(382.052)	(528.261)	(35.191)	(84. <u>757</u>)
Total		·	23.669	(22.250)	22.710	(21.251)	63.463	(60.783)

As perdas e os ganhos com as operações com derivativos são reconhecidas mensalmente no resultado do exercício, considerando-se o valor justo desses instrumentos (Nota 24).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Descrição dos contratos

Os contratos de "swap" são realizados com o objetivo principal de trocar o indexador de dívidas em moeda estrangeira para o Real.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia detinha "swaps" de moeda no valor nominal total de R\$ 403.520 (R\$ 506.466 em 31 de dezembro de 2010), com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial sobre seu passivo cambial. Nesses "swaps", a Companhia tem o direito de receber variação cambial do dólar norte-americano mais 1,43% a.a e é responsável por pagar 100% do CDI.

(b) Vencimento dos contratos de "swap"

Os contratos derivativos descritos anteriormente possuem as seguintes datas de vencimentos:

Saldos apresentados em milhares de dólares (US\$):

	Janeiro de 2012	Fevereiro de 2012	Março de 2012	Maio de 2012
Banco Bradesco S.A.	12.580	9.500		
Banco do Brasil S.A.	13.751	15.929	5.000	
Banco Citibank S.A.	11.680	9.672		
Banco HSBC Bank Brasil S.A.	32.074	5.496		
Banco Indusval Multistock S.A.	1.000			
Banco Itaú BBA S.A.	5.450	7.690		6.898
Banco Pine S.A.	7.748	8.010		-
Banco Rabobank INTL Brasil S.A.	11.900	10.660		
Banco Votorantim S.A	9.700		4.000	
Banco WestLb do Brasil S.A.	26.381			
	132.264	66.957	9.000	6.898

(c) Metodologia de cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos

Os contratos de *swap* são avaliados pelo valor presente, à taxa de mercado na data-base, do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento, tendo por base as projeções de dólar norte-americano verificadas nos contratos de futuros registrados na BM&FBOVESPA.

(d) Contratos sujeitos a chamada de margem

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não possui contratos com essas características.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Partes relacionadas

A Fertilizantes Heringer S.A. é controlada por Dalton Dias Heringer, Dalton Carlos Heringer e Juliana Heringer Rezende, que juntos detém 67,76% das ações da Companhia. Os 32,24% remanescentes das ações são detidos por diversos investidores não havendo nenhum possuindo mais de 5% de participação destas.

(a) Transações e saldos

As transações realizadas entre a Companhia e partes relacionadas referem-se a operações mercantis, incluindo o arrendamento de uma propriedade e outras operações e estão resumidas a seguir:

Balanço	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Contas a receber (i) Dalton Dias Heringer	148	526
Outros ativos - Demais contas a receber Dalton Dias Heringer (ii) Dalton Carlos Heringer (ii) Juliana Heringer Resende (ii)	355	1.348 633 633
Logfert Transportes S.A.	21	9
	376	2.623
Total ativo	524	3.149
Fornecedores nacionais Logfert Transportes S.A.	1.045	508
Demais contas a pagar Dalton Dias Heringer		61
Total passivo	1.045	569

- (i) As contas a receber decorrem de vendas de produtos da Companhia, celebradas no curso normal dos seus negócios.
- (ii) As demais contas a receber em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, decorrem do contrato firmado em 20 de dezembro de 2009, de compromisso de venda de uma propriedade rural, localizada no Estado de Tocantins, com o grupo controlador, no montante de R\$ 3.200. O preço contratado tem como base laudo de avaliação emitido por peritos independentes.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resultado	2011	2010
Receita de vendas Dalton Dias Heringer Roberto Rodrigues	484	1.308 2.345
	484	3.653
Custo dos produtos vendidos Dalton Dias Heringer Roberto Rodrigues	(403)	(1.010) (2.098)
	(403)	(3.108)
Despesas com vendas – Frete de entrega - PJ Logfert Transportes S.A.	53.748	48.786
Outras receitas operacionais		
Aluguel Dalton Dias Heringer	16	21
Communication	16	21
Compras Dalton Dias Heringer	163	709
	163	709

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	2011	2010
Salários e encargos	2.863	1.723
Honorários dos administradores	2.165	2.042
Participação nos lucros	158	102
Benefícios de rescisão		556
Outros	<u>65</u>	68
	5.251	4.491

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações para seus administradores e funcionários.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Depósitos judiciais

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Tributários	14.018	12.001
Cíveis	1.263	1.253
Previdenciários	2.220	984
Trabalhistas	837	602
	18.338	14.840

13 Bens destinados a venda

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Propriedades rurais	4.377	2.034
Terrenos e imóveis urbanos		1.147
	305	• ,
Máquinas, implementos e equipamentos agrícolas	120	686
Veículos	18	
Provisão para ajuste a valor justo	(618)	(629)
	4.202	3.238

Referem-se a bens recebidos de clientes em dação em pagamento. A provisão para perdas na realização é registrada para os casos em que o valor recebido em dação em pagamento é superior ao valor esperado na realização.

14 Investimentos

Em 28 de março de 2008, foi constituída a Logfert Transportes S.A. (anteriormente Lógica Transportes S.A.), subsidiária integral da Fertilizantes Heringer S.A. Em 31 de dezembro de 2011 o capital social era de R\$ 9.335 (R\$ 400 em 2010), correspondente a 933.533 ações ordinárias (40.000 em 2010), iniciando suas operações de transportes rodoviários e prestação de serviços a terceiros em janeiro de 2009.

Em 31 de dezembro de 2011 a Logfert Transportes S.A. (anteriormente Lógica Transportes S.A.) possuía patrimônio líquido de R\$ 8.984 (R\$ 442 em 31 de dezembro de 2010. O prejuízo líquido apurado no exercício foi de R\$ 375 (lucro líquido de R\$ 26 em 2010).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do investimento é a seguinte:

	2011	2010
Em 1º de janeiro Aumento de capital	442 8.917	416
Equivalência patrimonial	(375)	26
Em 31 de dezembro	8.984	442

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Imobilizado

Composição e movimentação:

	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos e instalações industriais	Móveis e utensílios	Veículos	Hardware	Outros	Total em operação	Imobilizações em andamento (i)	Adiantamento a fornecedor de ativo fixo	Imobilizado total
Em 31 de dezembro de 2010 Saldo inicial Aquisições Baixas Depreciação e amortização Transferências	40.537 2.078 (124) 386	174.019 (2.988) (3.903) 33.438	171.560 2.730 (5.212) (33.996) 51.465	4.408 852 (600) (476) 337	2.477 2.744 (562) (974)	3.956 1.746 (179) (1.356)	502 521 (229) (80)	397.459 10.671 (9.894) (40.785) 85.631	12.272 77.108 (1) (68.43 <u>5</u>)	11.094 13.852 (17.196)	420.825 101.631 (9.895) (40.785)
Saldo contábil, líquido	42.877	200.566	186.547	4.521	3.685	4.169	717	443.082	20.944	7.750	471.776
Custo Depreciação e amortização acumuladas	42.877	217.407 (16.841)	268.491 (81.944)	7.145 (2.624)	6.761 (3.076)	10.042 (5.87 <u>3</u>)	1.007 (290)	553.730 (110.648)	20.944	7.750	582.424 (110.648)
Saldo contábil, líquido	42.877	200.566	186.547	4.521	3.685	4.169	717	443.082	20.944	7.750	471.776
Em 31 de dezembro de 2011 Saldo inicial Aquisições Baixas Depreciação e amortização Transferências	42.877 5.479 (16)	200.566 20 (2.231) (4.849) 19.732	186.547 5.258 (15.470) (37.318) 27.945	4.521 731 (23) (628) 50	3.685 1.204 (261) (1.139)	4.169 573 (9) (1.376) 76	717 251 (99) (108)	443.082 13.516 (18.109) (45.418) 47.803	20.944 40.086 (57) (40.022)	7.750 10.724 (7.781)	471.776 64.326 (18.166) (45.418)
Saldo contábil, líquido	48.340	213.238	166.962	4.651	3.489	3.433	761	440.874	20.951	10.693	472.518
Custo Depreciação e amortização acumuladas	48.340	234.928 (21.690)	286.224 (119.262)	7.903 (3.2 <u>52</u>)	7.704 (4.21 <u>5</u>)	10.682 (7.24 <u>9</u>)	1.159 (398)	596.940 (156.066)	20.951	10.693	628.584 (156.066)
Saldo contábil, líquido	48.340	213.238	166.962	4.651	3.489	3.433	761	440.874	20.951	10.693	472.518

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo de imobilizado líquido da depreciação nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011 contempla R\$ 12 (R\$ 18 em 31 de dezembro de 2010) de equipamentos de informática relativos à controlada Logfert.

(i) Refere-se, substancialmente a, (i) ampliação nas unidades de Paranaguá-PR; (ii) início da construção da unidade de Candeias-BA; (iii) adiantamento para aquisição de terreno na unidade de Rondonópolis-MT,e; (iv) aquisições de caminhões com crédito de ICMS unidade de Três Corações-MG

Para conclusão das obras em andamento a Companhia possui compromissos já firmados com empreiteiros e outros fornecedores que montam a R\$ 1.950. Tais compromissos serão cumpridos com recursos próprios e geração futura de caixa e com recursos obtidos com instituições financeiras.

A depreciação do exercício de 2011 alocada ao custo dos produtos vendidos monta a R\$ 41.169 (R\$ 37.670 em 31 de dezembro de 2010) e às despesas operacionais, R\$ 3.368 (R\$3.115 em 31 de dezembro de 2010).

Alguns itens do imobilizado que somam o valor líquido de R\$ 131.079 em 31 de dezembro de 2011 estão dados em garantia de operações com fornecedores (Nota 18) e de financiamentos (Nota 19).

O saldo líquido das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011 contempla R\$ 7.780 (R\$ 18 em 31 de dezembro de 2010) de ativos imobilizados da controlada Logfert Transportes S.A. (anteriormente Lógica Transportes S.A.).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Intangível

	Software	Marcas e patentes	Total em operação	Intangível em andamento	Intangível total
Custo total Amortização acumulada	12.716 (9.864)	34 (26)	12.750 (9.890)	3.225	15.975 (9.890)
Em 31 de dezembro de 2010 Aquisição Amortização Baixas Transferências	2.852 1.734 (1.379) 1.943	(6)	2.860 1734 (1.385) 1.943	3.225 164 (1.446) (1.943)	6.085 1.898 (1.385) (1.446)
Em 31 de dezembro de 2011	5.150	2	5.152		5.152
Custo total Amortização Acumulada	16.393 (11.24 <u>3</u>)	34 (32)	16.427 (11.2 <u>75</u>)		16.427 (11.2 <u>75</u>)
Em 31 de dezembro de 2011	5.150	2	5.152	·	5.152
Taxas anuais de amortização - %	20	20			

Toda a amortização do exercício de 2011 foi alocada em despesas operacionais no valor de R\$ 1.385 (R\$ 1.570 em 31 de dezembro de 2010).

Nenhum gasto com pesquisa e desenvolvimento foi reconhecido como despesa em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 10 em 31 de dezembro de 2010).

O saldo líquido do intangível nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 5.202 (R\$ 6.157 em 31 de dezembro de 2010).

17 Fornecedores

A Companhia efetua a maior parte das compras de matérias-primas de fornecedores no exterior. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de fornecedores no exterior, que está denominado em dólares norteamericanos, corresponde a R\$ 782.913 (R\$ 516.299 em 31 de dezembro de 2010). O ajuste a valor presente foi calculado tomando como base todas as operações de compra com fornecedores nacionais e no exterior com prazo superior a 30 dias e juros nominais variáveis acordado para cada compra utilizando fluxo de caixa descontado. Em 31 de dezembro de 2011, o ajuste representava R\$ 11.855 (R\$ 10.439 em 31 de dezembro de 2010).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros contratual	Taxa de juros efetiva	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Financiamentos de importação (i) Fixo				
US\$ 339.900 mil (dezembro de 2010 US\$ 272.875mil)	Variação cambial + 2,97% a.a.	Variação cambial + 2,97% a. a.	637.584	449.687
Capital de Giro (ii)	DI + 5,4,% a.a.	Di + 5,4% a.a.	17.895	7.502
Capital de Giro (ii)	11,473 % a.a.	11,473% a.a.	7.668	
Finame (iii)	4,50% a.a.	4,50% a.a.	5.126	5.107
Operações de "vendor" (iv)	18,44% a.a.	18,44% a.a.	42.907	32.237
Operações de Credito Rural (iv)	6,75% a.a	6,75% a.a.	34.788	23.253
Outras Obrigações	VC+Libor+3,0% a.a	VC+Libor+3,0% a.a	13.321	20.619
Cédulas de crédito industrial -	Variação do	Variação do		
BNDES (v)	URTJLP + 5, 3% a.a.	URTJLP + 5, 3% a.a.	2.879	6.191
Debêntures (vi)	DI + 4,5 % a.a.	DI + 5,19 % a.a.	241.458	238.817
Passivo circulante		-	1.003.626 (847.356)	783.413 (549.19 <u>9</u>)
Passivo não circulante		<u>-</u>	156.270	234.214

LIBOR (London Interbank Offered Rate) - em 31 de dezembro de 2011 era de 0.8085% ao ano, repactuada semestralmente (2010 - 0.45594% ao ano)

(i) Financiamentos de importação

Financiamentos contratados junto a várias instituições financeiras para financiar a importação de matérias primas. O prazo de pagamento é de até 360 dias da data de conhecimento de embarque das matérias primas no exterior ou da data do desembolso da operação. Em 31 de dezembro de 2010 estão garantidos por recebíveis que representam 23% do valor financiado; o saldo remanescente não possui garantias.

(ii) Capital de giro

Refere-se a operação de empréstimo com uma instituição financeira. Os vencimentos estão previstos para o primeiro semestre de 2012.

TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) – taxa de juros de longo prazo fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário nacional e divulgada pelo Banco Central do Brasil e calculada tendo por parâmetros metas de inflação e prêmios de risco. Em 31 de dezembro de 2011, a TJLP era de 6,00% ao ano (6,00% ao ano em 31 de dezembro 2010 e 6,00% ao ano em 1º de janeiro de 2010).

URTJLP - unidade de referência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social atualizada com base na TJLP..

CDI – corresponde à remuneração de depósitos interbancários. Em 31 de dezembro de 2011 foi de 10,87% ao ano (10.64 % ao ano em 31 de dezembro de 2010 ,8,55%).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) FINAME

Cédula de Crédito Industrial com recursos originários de repasse da Agência Especial de Financiamento Industrial – Finame ou BNDES.

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
2012	641	626
2013	641	638
2014	641	638
2015 em diante	3.203	3.205
	5.126	5.107

(iv) Operações de "vendor" e crédito rural

A Companhia mantém contratos com instituições financeiras relativos a operações de "vendor" e crédito rural (vendas à vista com financiamento de instituições financeiras direto para o comprador com garantia da Companhia), efetuadas com seus clientes preferenciais, consignadas no balanço patrimonial em contas de passivo por ser a Companhia garantidora dessas operações. As potenciais perdas são consideradas quando da constituição da provisão para créditos de realização duvidosa.

(v) Cédulas de crédito industrial BNDES

Referem-se a linhas de crédito, disponibilizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para construção das unidade de Paranaguá-PR, as quais estão garantidas peloimóvel objeto do financiamento e, construção da unidade de Ourinhos-SP, tendo como garantia as unidades de Três Corações-MG e Manhuaçú-MG.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(vi) Debêntures

Passivo em 31 de dezembro de 2011

<u>Série</u>	Quan- tidade	Emissão	Valor nominal	Indexador	Circulante	Não circulante	<u>Total</u>
FHER11 FHER21	178 50	1/8/2010 1/8/2010		DI + 4,5% a.a. DI + 4,5% a.a.	69.992 19.661	118.514 33.291	188.506 52.952
					89.653	151.805	241.458

Passivo em 31 de dezembro de 2010

Série	Quan- tidade	Emissão	Valor nominal	Indexador	Circulante	Não circulante	Total
FHER11 FHER21	178 50	1/8/2010 1/8/2010		DI + 4,5% a.a. DI + 4,5% a.a.	9.824 2.759	176.621 49.613	186.445 <u>52.372</u>
					12.583	226.234	238.817

A Empresa possui em circulação 228 debêntures, não conversíveis em ações, de emissão particular, com valor nominal de R\$ 1.000 cada, com encargos de acordo com a variação da taxa DI acrescidos de juros de 4,50% ao ano, calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data do vencimento. O principal possui vencimento em três parcelas iguais: em fevereiro de 2012 (1ª parcela paga em 1º de fevereiro de 2012), de 2013 e de 2014.

Essas debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas e contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia mantenha certos índices financeiros. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia atende a todas as suas cláusulas restritivas.

As garantias são: (i) a alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pelos seus controladores; e (ii) garantia fidejussória dos acionistas controladores.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de vencimento dos financiamentos

Os financiamentos têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
2011		549.199
2012	847.356	77.733
2013	76.426	76.638
2014	76.641	76.638
2015	3.203	3.205
	1.003.626	783.413

(vii) Valor justo dos financiamentos

O valor justo das debêntures em 31 de dezembro de 2011 é R\$ 243.353 (R\$ 241.094 em 31 de dezembro de 2010). O valor justo dos demais empréstimos e financiamentos se aproxima do seu valor contábil.

Os valores justos dos FINIMPs - Financiamentos de importação baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo de 2,97% a.a. (mais variação cambial) em 31 de dezembro de 2011 (2,61 % a.a. mais variação cambial) em 31 de dezembro de 2010).

(viii) Análise dos financiamentos por moeda

Os valores contábeis dos empréstimos da Companhia são mantidos nas seguintes moedas:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Reais Dólares norte-americanos	366.042 <u>637.584</u>	333.726 449.687
	1.003.626	783.413

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Provisões

(i) Análise das contingências provisionadas

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de sua atividade. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela avaliação de seus consultores legais.

Nas datas abaixo, a Companhia apresentava os seguintes passivos relacionados a contingências:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Contingências de naturezas:		
Tributárias	162	1.462
(-) Depósitos judiciais	(171)	(1.161)
	(9)	301
Trabalhistas e previdenciárias	1.210	2.320
(-) Depósitos judiciais	(1.176)	(1.481)
	34	839
Cíveis	384	354
(-) Depósitos judiciais	(370)	(345)
	14	9
	<u>39</u>	1.149

A Companhia possui, ainda, outros depósitos judiciais não relacionados a contingências no montante de R\$ 18.338 (R\$ 14.840 em 31 de dezembro de 2010 (Nota 12)).

Em 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais, referente a outras ações e processos administrativos, no montante de R\$ 3.600, que estão suportados por depósitos judiciais e respectiva provisão, bem como outras obrigações registradas como Tributos a recolher.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Movimentação das contingências provisionadas

	Provisões para contingências
Em 1º de janeiro de 2010	4.988
Adições	2.855
Reversões	(3.996)
Encargos	289
Em 31 de dezembro de 2010	4.136
Adições	736
Reversões	(3.402)
Encargos	286
Em 31 de dezembro de 2011	1.756

As reversões foram utilizadas nas mesmas contas em que as provisões e suas atualizações foram contabilizadas originalmente, ou seja, outras receitas e despesas operacionais e resultado financeiro.

(iii) Passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui ações de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, administrativa e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, conforme composição demonstrada a seguir. Os valores apresentados estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC ou, quando aplicável, correspondem aos valores atualizados pelos consultores jurídicos da Companhia:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Tributárias Trabalhistas e previdenciárias Cíveis	40.236 8.790 4.068	32.503 14.346 9.792
	53.094	56.641

As contingências tributárias referem-se a discussões envolvendo PIS, Cofins e ICMS, principalmente, em decorrências de autuações e discussões de entendimentos divergentes entre o fisco e a Companhia. As principais ações encontram-se atualmente na esfera administrativa.

As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia, referindo-se a pedidos de verbas por ex-funcionários, bem como discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, em 2009 a Companhia optou pela adesão ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais instituído pela Lei nº 11.941/09 em razão do benefício do programa e dos montantes envolvidos. Durante o segundo trimestre as autoridades tributárias aprovaram a consolidação dos débitos. O saldo residual do parcelamento que será quitado em 155 parcelas é de R\$ 78.957 em 31 de dezembro de 2011, sendo classificado R\$ 6.152 no passivo circulante e R\$ 72.805 no passivo não circulante.

(iv) Aquisição de créditos tributários e sua utilização para compensação com tributos devidos

Em fevereiro de 2003, a Companhia adquiriu créditos tributários decorrentes de indébito tributário federal, originário de decisão judicial transitada em julgado, na época há mais de dois anos, e com valor líquido definido nos autos. Para a operação foi firmado contrato de cessão dos créditos, objeto de averbação no Registro de Títulos e Documentos, e também foi solicitada e deferida pela Vara Federal a substituição do pólo ativo, decisão essa que quanto a este ponto também já transitou em julgado.

Com o trânsito em julgado a Companhia passou a ser detentora inequívoca do crédito tributário, com a mesma constando definitivamente como autora nos autos do processo, sem qualquer possibilidade de questionamento por parte da União quanto ao valor do indébito bem como quanto à substituição de pólo (R\$ 115.823 está apresentado por créditos tributários adquiridos no ativo não circulante a administração tem a expectativa de receber o montante total dos créditos no prazo máximo de 10 anos, incluindo a sua atualização monetária – IPCA-E mais 1% ao mês).

Compensação de créditos tributários com tributos devidos e parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09

A partir da transferência do crédito e da substituição de pólo ativo, a Companhia iniciou a compensação do crédito tributário com tributos federais devidos no montante de R\$ 64.554, fazendo-a no período de janeiro a dezembro de 2003. Em 2005, com base em suposta vedação legal à compensação realizada, a Receita Federal do Brasil lavrou contra a companhia auto de infração desconsiderando a compensação efetuada.

Muito embora a administração da Companhia, amparada por seus advogados, entenda que a compensação dos tributos tenha sido realizada no amparo da Lei, a Companhia optou pela adesão ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais instituído pela Lei nº 11.941/09 em razão dos benefícios e dos montantes envolvidos, tanto do passivo quanto dos créditos tributários adquiridos.

Sendo assim, foi necessária a desistência da discussão administrativa e a renúncia à discussão judicial sobre a compensação realizada na época, aderindo a Companhia ao parcelamento e cujo valor atualizado, incluindo multa e juros, montava a R\$ 133.887 em 31 de dezembro de 2009. Com a adesão ao parcelamento, a Companhia obteve, em 2009, os seguintes benefícios: (i) redução da dívida no valor de R\$ 21.852, correspondente a parcela de multa e juros; e (ii) compensação de prejuízos fiscais no montante de R\$ 47.481. Assim, o saldo remanescente, correspondente ao valor principal de R\$ 64.554, compensado à época, foi objeto de parcelamento em 180 meses. Adicionalmente, foram cessados os

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

efeitos de auto de infração que a Receita havia lavrado contra a Companhia em abril de 2001, desconsiderando a compensação realizada

Créditos tributários adquiridos, processo de execução da sentença transitada em julgado e prazo de prescrição

Considerando a opção pelo parcelamento do débito objeto da compensação comentada, a Companhia retomará a satisfação de seus créditos tributários por via da ação de execução própria, cujo montante atualizado pelo critério estabelecido na sentença judicial, IPCA-E mais 1% ao mês, é de R\$ 154.961 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 140.171 em 31 de dezembro de 2010).

O reconhecimento nas demonstrações financeiras foi feito pelo custo de aquisição dos referidos créditos, acrescido pela atualização definida em sentença judicial, que em 31 de dezembro de 2011 monta a R\$ 115.823 (R\$ 102.192 em 31 de dezembro de 2010). O registro pelo custo de aquisição atualizado está fundamentado em entendimento exarado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, através de seu oficio nº 379/07 de 5 de novembro de 2007, em resposta a consulta da Companhia de 8 de outubro de 2007. A diferença favorável em 31 de dezembro de 2011, entre o valor de face dos créditos e seu custo de aquisição atualizado, no montante de R\$ 39.137 (R\$ 37.978 em 31 de dezembro de 2010), será registrada nas demonstrações financeiras à medida em que os créditos sejam realizados através do recebimento via precatório.

O recebimento dos créditos através de precatórios está amparado no fato de que o prazo prescricional de cinco anos para a execução da sentença iniciou-se em 8 de maio de 1998, quando transitou em julgado a sentença judicial, e se interrompeu em 1º de julho desse mesmo ano, quando teve início a ação de execução da sentença. Tal entendimento é confirmado pela avaliação dos advogados da Companhia e por julgados recentes, favoráveis à Companhia, de Agravos de instrumento Recurso Especial da Receita Federal do Brasil, que tratavam da questão de prescrição.

O julgamento recente do Recurso Especial antes citado, favorável à Companhia, confirma o entendimento de nossos advogados de que por conta da desistência da ação de execução para possibilitar a compensação, o prazo prescricional está interrompido considerando que tanto o processo de execução quanto o processo de compensação estão pendentes de julgamento final.

(v) Ação Civil Pública na unidade de Paranaguá-PR

Em fevereiro de 2009, os Ministérios Públicos Federal e Estadual do Paraná propuseram Ação Civil Pública onde se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR. Adicionalmente, a Companhia foi notificada de diversas ações cíveis individuais pleiteando indenização por danos morais oriundos de supostos danos ambientais e das repercussões de tais danos na esfera pessoal de cada indivíduo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Amparada na posição de seus consultores jurídicos, que entendem como remotas as chances de perda no que tange à solicitação nos Ministérios Públicos para demolição das construções e desocupação da área e possíveis as chances de perda da Companhia nos demais itens do processo, nenhuma provisão para perdas foi efetuada sobre os ativos da referida unidade ou para as ações cíveis citadas no parágrafo anterior. Em 4 de julho de 2011 a Companhia obteve sentença favorável em 1ª instância para as ações cíveis individuais acima mencionadas, que estão tramitando na 2ª Vara Cível de Paranaguá. Os consultores jurídicos da Companhia, em função dessa decisão, passaram a entender como sendo remotas as chances de perda nessas demandas.

20 Patrimônio líquido

(a) Capital social

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social até o limite de R\$ 800.000.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, o capital social está representado por 48.471.407 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Reservas de lucros

(i) Legal

A reserva legal é constituída, após a absorção de prejuízos acumulados, mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados. A reserva legal poderá deixar de ser constituída quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6404/76, exceder 30% do capital social.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Incentivos fiscais

Apoio fiscal - PSDI

Em atendimento à legislação do benefício fiscal concedido pelo Estado de Sergipe (Decreto Estadual nº 22.230/03), bem como em atendimento a instrução CVM 555/08, que aprovou o pronunciamento CPC 7 – Subvenção e assistência governamental, a partir de 2008, o benefício passou a ser registrado diretamente no resultado do exercício e, a fim de preservar o benefício fiscal, transferido da conta Lucros acumulados para a rubrica Reserva de lucros – Incentivos fiscais. Essa reserva só pode ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido pode ser posteriormente restaurado, na própria conta da reserva, à medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios. Ver comentários adicionais na Nota 20 (d).

(c) Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é composto pelo valor do custo atribuído (*deemed cost*) de terrenos e edificações que foi registrado na data de transição para CPCs e IFRS em consonância com o CPC 27 – Ativo Imobilizado e o ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43.

(d) Destinação dos resultados e Reservas de lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a compensação de prejuízos acumulados, se houver, e deduzido ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências ou reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

Aos administradores, poderá ser atribuída participação de até um décimo do lucro líquido do exercício, conforme previsto no Estatuto Social. A Companhia poderá manter reserva estatutária de lucros denominada "Reserva de Investimentos" que terá por fim financiar sua expansão. Tal reserva não poderá exceder a 80% do capital social subscrito e à qual serão atribuídos recursos não inferiores a 5% e não superiores a 75% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício após a distribuição de dividendos e constituição de reserva estatutária, se houver, terá a destinação a ser dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2011, o lucro líquido do exercício, de R\$ 63.890, incluindo montante que seria destinado à Reserva de lucro - Incentivos fiscais de R\$ 23.512, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados, em conformidade com o parágrafo único do artigo 189 da Lei nº 6.404/76. O montante foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.

Até 31 de dezembro de 2011, os montantes anuais de incentivos fiscais que foram utilizados para absorção de prejuízos acumulados, e que, como antes mencionado, poderão ser restaurados como Reserva de Lucros quando houver lucro disponível, são como segue:

	2008	2009	2010	2011	<u>Total</u>
PSDI Outros incentivos recebidos	19.009	27.776	18.468 3.131	22.208 1.304	87.461 4.435
	19.009	27.776	21.599	23.512	91.896

21 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2011	2010
Vendas brutas de produtos (-) Deduções da receita bruta de vendas: Abatimentos e descontos incondicionais, vendas canceladas e	4.780.752	3.586.174
devoluções das vendas Impostos sobre as vendas	(21.747) (54.99 <u>5</u>)	(18.342) (46.359)
Receita	4.704.010	3.521.473

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Despesas por natureza

		2011	2010
	Materias primas e materiais de produção	3.859.873	2.888.735
	Despesas com transporte	162.599	150.449
	Despesas com pessoal	153.635	126.271
	Despesas comerciais	74.848	48.701
	Encargos de depreciação e amortização (Notas 16 e 17)	45.922	42.355
	Participação nos lucros (Nota 30)	5.615	4.506
	Despesas com publicidade	4.619	3.539
	Pagamentos de arrendamentos operacionais (Nota 27)	2.631	2.679
	Outras despesas	110.322	107.570
	Custo total dos produtos vendidos, despesas com vendas e despesas		
	gerais e administrativas	4.420.064	3.374.805
23	Outras receitas operacionais, líquidas		
		2011	2010
	Benefício fiscal do Estado de Sergipe (i)	22.590	18.468
	Outras, líquidas	23	4.42 <u>7</u>
		22.613	22.895

⁽i) Benefício fiscal do Estado de Sergipe - correspondente à redução de 92% do ICMS apurado na unidade de Rosário do Catete-SE (Nota 2.2(w)).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Despesas financeiras, líquidas

	2011	2010
Despesas financeiras		
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(35.191)	(84.757)
Juros sobre passivos financeiros e descontos concedidos	(83.505)	(51.717)
Despesas com ajustes a valor presente	(75.836)	(47.300)
Tributos e taxas sobre operações financeiras	(31.211)	(31.440)
Variações monetárias passivas	(287)	(396)
	(226.030)	(215.610)
Receitas financeiras		
Variações monetárias ativas	28.494	29.579
Receitas com ajustes a valor presente	39.842	26.364
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	98.654	23.974
Rendimentos sobre aplicações financeiras	17.454	10.332
Juros sobre ativos financeiros e descontos obtidos	7.396	7.088
	191.840	97.337
Despesas financeiras, líquida	(34.190)	(118.273)
25 Variação cambial, líquida		
	2011	2010
Variação cambial ativa	75.491	102.494
Variação cambial passiva	(252.392)	(65.424)
Variação cambial, líquida	(176.901)	37.070

26 Operações de arrendamento mercantil

(a) Arrendatária

A Companhia arrenda certos ativos, tais como um servidor HP e instalações industriais. Os contratos de arrendamentos operacionais não são canceláveis e possuem um período máximo de 3 anos.

As despesas com arrendamentos operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram de R\$ 2.631 (R\$ 2.679 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010) e são registradas em custos dos produtos vendidos na demonstração do resultado do exercício.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os pagamentos totais mínimos de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais não canceláveis, são:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Menos de um ano Mais de um ano e menos de quatro anos	5.188 5.500	1.895 2.385
	10.688	4.280

27 Instrumentos financeiros

(a) Instrumentos financeiros da controladora por categoria

instrumentos infuncciros da controladora por categ	50114		
		31 de dezembr	o de 2011
	Ativos mensurados ao valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes e demais contas a receber,		390.251	390.251
excluindo pagamentos antecipados Instrumentos financeiros derivativos Investimentos	23.669 14	517.670	517.670 23.669 14
	23.683	907.921	931.604
		31 de dezembi	o de 2011
	Passivos mensurados ao valor justo através do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivo, conforme balanço patrimonial Empréstimos e financiamentos Fornecedores	1.003.626	830.706	1.003.626 830.706
	1.003.626	830.706	1.834.332

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		31 de dezembre	de 2010
	Ativos mensurados ao valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial Investimentos Contas a receber de clientes e demais contas a receber,	18		18
excluindo pagamentos antecipados Caixa e equivalentes de caixa		387.256 176.054	387.256 176.054
	18	563.310	563.328
		31 de dezembr	o de 2010
	Passivos mensurados ao valor justo através do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivo, conforme balanço patrimonial Empréstimos e financiamentos Instrumentos financeiros derivativos Fornecedores	783.413 22.250	561.506	783.413 22.250 561.506
	805.663	561.506	1.367.169

(b) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, incluindo operações de "vendor" e crédito rural. Adicionalmente, a Companhia também opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de "swap".

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante, exceto operações relacionadas a importação de materias primas, têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente negociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Política de gestão de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A Companhia monitora e avalia seus contratos derivativos diariamente e ajusta a estratégia de acordo com as condições de mercado. A Companhia também revisa periodicamente os limites de crédito e a capacidade financeira de seus clientes. Em virtude dessas políticas estabelecidas para os derivativos, a Administração considera improvável a exposição a riscos não mensuráveis.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração e prevê a existência de um Comitê de Política de "Hedge", encarregado do gerenciamento de risco dessas operações, e contam com assessoria externa de empresa especializada. Tal comitê é um órgão técnico e consultivo de funcionamento permanente com o objetivo de auxiliar o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades relativas a análises periódicas de medidas de proteção contra variações de taxas de câmbio e de taxas de juros, em análise dos efeitos de tais variações em nossas receitas e despesas. O Comitê de Política de "Hedge" avalia, ainda, a eficácia de nossas medidas de "hedge" adotadas a cada mês e dá recomendações com relação a variações futuras de "hedge".

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para proteção de fluxo de caixa.

(iii) Risco de mercado

Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Risco com taxa de câmbio

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar norte-americano e ao Euro. O risco cambial decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores das operações em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os ativos e passivos em moeda estrangeira, os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais e a exposição líquida ao risco com taxa de câmbio, são resumidos como a seguir:

	Prazos para o impacto financeiro previsto	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Importação em andamento – US\$ 86.183 mil			
(2010 – US\$ 102.554 mil)	Até 35 dias	(161.662)	(170.876)
Fornecedores no exterior: Não garantidos por carta de crédito — US\$ 417.376 mil (2010 — US\$ 309.866 mil) Empréstimos e financiamentos	Até 355 dias	782.913	516.299
Financiamentos de importação — US\$ 339.900 mil (2010 — US\$ 272.875 mil)	Até 360 dias	637.584	449.687
Demais contas a pagar (receber) líquidas — US\$ 7.286 mil (2010 — US\$ 7.997 mil)	Até 270 dias	13.668	8.348
		1.272.503	803.458
Instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais US\$ 208.221(2010 – US\$ 303.965 mil)	Até 62 dias	(390.727)	(506.466)
US\$ 6.898 (2010- zero)	Até 132 dias	(12.793)	
Exposição líquida	_	868.983	296.992

Devido à relevância das importações de matérias primas no contexto das operações da Companhia, a volatilidade da taxa de câmbio representa um risco relevante às suas operações. O não repasse dos impactos de eventual desvalorização do Real, ou o repasse de eventual valorização do Real aos preços de venda pode resultar em reduções significativas das margens de lucro praticadas e consequente risco relevante às operações da Companhia. Em um cenário de matérias primas com preços estáveis em dólar estadunidense no mercado internacional, o estoque da Companhia permite um "hedge" natural para os passivos lastreados em moeda estrangeira.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Visando minimizar os riscos de taxa de câmbio, a Companhia tem participado de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, contratados junto a instituições financeiras, que se destinam a reduzir sua exposição a riscos de mercado e de moeda. Esses instrumentos financeiros referem-se a derivativos que representam compromissos futuros para compra e venda de moedas ou indexados em datas contratualmente especificadas.

O volume da proteção contratada em 31 de dezembro de 2011 é resultado da decisão do Conselho de Administração da Companhia, subsidiado pelo Comitê de Política de "Hedge".

(i) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e *ratings* previamente estabelecidos, e contratando operações de derivativos apenas com instituições avaliadas como financeiramente sólidas.

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido a pulverização dos clientes, é administrado mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia, considerando seu histórico de adimplência, perspectivas de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

A qualidade do crédito dos demais ativos financeiros que não estão vencidos e não possuem perdas pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito efetuadas pela empresa Lopes Filho & Associados, Consultores de Investimentos (Riskbank), quando houver, ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2011	31/12/2010
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo Baixo risco para longo prazo Baixo risco para médio prazo Baixo risco para curto prazo	331.265 38.760 20.226	146.177 23.709 6.168
	390.251	176.054
Ativos financeiros derivativos Baixo risco para longo prazo	23.669	

(ii) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira.

Visando atender as vendas com o prazo da safra de seus clientes, a Companhia utiliza-se de instrumentos financeiros para garantia de liquidez. Esses instrumentos contam com o aval da Companhia, estão consignados na rubrica Contas a receber de clientes e não possuem diferenças relevantes em relação ao seu valor de mercado.

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia e os passivos financeiros derivativos liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2010 Empréstimos e financiamentos Instrumentos financeiros derivativos Fornecedores e outras obrigações	627.609 22.250 561.506	218.177	18.552	4.850
Em 31 de dezembro de 2011 Empréstimos e financiamentos Fornecedores e outras obrigações	894.113 830.706	153.293	2.910	1.940

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Análise de sensibilidade – Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos. A administração da Companhia considerou as seguintes premissas para o cenário I – provável:

- Instrumentos com risco cambial Os cenários prováveis consideram a taxa de câmbio de R\$ 1,8758 / US\$ e a taxa de CDI de 10,87 % a.a, observadas no fechamento de 31 de dezembro de 2011, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo trimestre, e os demais cenários foram construídos a partir destas taxas.
- Instrumentos com risco de taxa de juros Manutenção da taxa em virtude de contexto econômico e disponibilidades ofertadas pelas instituições financeiras durante o período. Tais análises consideram os ganhos e as perdas, demonstradas entre parênteses, caso a cotação do dólar norte-americano e a taxa de CDI variem de acordo com os percentuais abaixo indicados.

Canánia II

Canánia III

Canánia II

Instrumentos financeiros derivativos - Derivativos de cambiais

	Cenario II	Cenario III	Cenario II	Cenario III
	-25% R\$ 1,4069	-50% R\$ 0,9379	25% R\$ 2,3448	50% R\$ 2,81 <u>37</u>
"Hedge" - "Swap"	(100.880)	(201.760)	100.880	201.760
Instrumentos financeiros deriv	ativos – Darivati	voe do juros		
mstrumentos imancenos deriv	ativos – Derivati	vos de juros		
histi umentos imancen os deriv	Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
Instrumentos financeiros derivativos		· ·	25% CDI 13,59% a.a	Cenário III 50% CDI 16,31% a.a,

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos financeiros não derivativos

Câmbio

	Cenário II	Cenário III	Cenário III	Cenário III
	-25% R\$ 1,4069	-50% R\$ 0,9379	25% R\$ 2,3448	50% R\$ 2,8137
Fornecedor no exterior, liquido de importação em trânsito Financiamento de importação Demais contas a pagar	155.313 159.396 3.417	310.626 318.792 6.834	(155.313) (159.396) (3.417)	(310.626) (318.792) (6.834)
	318.126	636.252	(318.126)	(636.252)
Juros				
	Cenário II	Cenário III	Cenário III	Cenário III
	-25% CDI 8,15% a.a	-50% CDI 5,44% a.a	25% CDI 13,59% a.a	50% CDI16,31% a.a
Debêntures	(19.685)	(13.123)	(32.808)	(39.370)

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

(d) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia utiliza capital de terceiros , fornecedores e financiamentos de importação, para financiar parte do seu capital circulante. Também utiliza capital próprio e de terceiros para realização de investimentos de maturação de mais longo prazo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de endividamento. Conforme definido no estatuto social, na letra "i" do artigo 18, o limite de endividamento determinado para a contratação pela Diretoria é de até 25% sobre a receita operacional bruta do último exercício encerrado. Acima desse percentual, é necessária a aprovação do conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2011 esse índice ficou em 21% (em 31 de dezembro de 2010 foi de 21,9%).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Cobertura de seguros

Por entender que a possibilidade de ocorrência de sinistro é remota, a Companhia adota a política de não manter cobertura de seguro para todos os seus ativos.

No entanto a Companhia possui apólices de seguro para as unidades de produção de Paranaguá-PR e Rondonópolis-MT com limite máximo de indenização de R\$ 10.000, para a frota de veículos com limite máximo de indenização de R\$ 40.669, para os equipamentos financiados pelo Finame com limite máximo de indenização de R\$ 6.396. Adicionalmente, a Companhia possui apólice de seguro de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores com limite máximo de indenização de R\$10.000.

29 Participação dos empregados nos lucros

Em 2011 e 2010, não houve participação complementar dos empregados nos lucros em face da compensação de prejuízos de anos anteriores no exercício. O valor das participações dos empregados nos lucros a título de adiantamento em 2011 foi de R\$ 5.615 (R\$ 4.506 em 2010).

O adiantamento concedido a título de participação dos empregados nos lucros é tratado como custo ou despesa operacional e classificado nas respectivas rubricas das demonstrações financeiras e o saldo provisionado de participação complementar dos empregados nos lucros ou resultados, descontando o adiantamento, é registrado em rubrica específica da demonstração do resultado do exercício.

30 Lucro líquido por ação

(a) Básico e diluído

O lucro líquido básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	2011	2010
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	63.890	61.805
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	48.471	48.471
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária	1,3181	1,2751

O lucro líquido básico por ação e o lucro líquido diluído por ação são iguais pelo fato de a Companhia não possuir nenhum instrumento como efeito diluidor sobre o lucro por ação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 Informações por segmento de negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: o presidente do Conselho de Administração, o presidente executivo da Companhia e membro do Conselho de administração e os demais membros do Conselho de Administração.

A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a ótica de processo produtivo, compostos por dois segmentos: (i) Industrial, compreendendo a planta de produção de ácido sulfúrico e Super Fosfato Simples – SSP localizada em Paranaguá; e (ii) Misturadoras, segmento este composto pelas 19 unidades misturadoras da Companhia.

Adicionalmente, os principais tomadores de decisão analisam informações correspondentes ao faturamento (receita bruta) por (i) região geográfica, compostas pelas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, sendo estas últimas analisadas como uma região única, (ii) tipos de produtos, segregados entre convencionais, diferenciados e vendas industriais; e (iii) cultura a que se aplicam, separadas em diversas culturas, tendo como principais cana, soja, milho, café, reflorestamento e outras.

Os principais tomadores de decisão analisam o desempenho dos segmentos operacionais com base na demonstração do resultado por segmento e do EBITDA total. As despesas com vendas, gerais e administrativas, não são alocadas aos segmentos, uma vez que o segmento Industrial destina-se a atender as necessidades internas da Companhia, ou seja, os produtos são utilizados pelas misturadoras.

Da mesma forma e por possuir uma administração de caixa centralizada, as receitas e despesas financeiras não são segregadas por segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pelos principais tomadores de decisão e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, são as seguintes:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			2011			2010
	Industrial	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras	Total
Receita bruta de vendas Deduções e impostos sobre vendas	1.131	4.779.621 (76.742)	4.780.752 (76.742)	35.912	3.550.262 (64.701)	3.586.174 (64.701)
Receita líquida de vendas	1.131	4.702.879	4.704.010	35.912	3.485.561	3.521.473
Custos dos produtos vendidos	(32.804)	(4.011.699)	(4.044.503)	(59.511)	(2.996.707)	(3.056.218)
Lucro bruto total	(31.673)	691.180	659.507	(23.599)	488.854	465.255
Despesas operacionais, líquidas Receitas (despesas) financeiras			(353.323)			(295.666)
liquidas			(211.091)			(81.203)
Lucro operacional			95.093			88.386
Imposto de renda e contribuição social			(31.203)			(26.581)
Lucro líquido exercício			63.890			61.805
Depreciação e amortização	12.024	34.284	46.308	14.254	28.487	42.741
EBITDA	(19.649)	372.141	352.492	(9.345)	221.675	212.330

Como antes mencionado, o segmento Industrial destina-se atualmente a atender as necessidades do segmento de Misturadoras. Dessa forma, as vendas do segmento Industrial para as misturadoras foram mensuradas considerando o preço de mercado dos produtos à época da venda. A receita do segmento de Mistura informada aos principais tomadores de decisão foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado e excluem as receitas originadas no segmento Industrial.

As receitas por região geográfica são demonstradas como segue:

	2011	2010
Sudeste Centro-Oeste Norte-Nordeste Sul	2.591.696 979.396 674.965 534.695	1.884.400 823.764 495.888 382.122
Receita bruta de vendas	4.780.752	3.586.174

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Além das informações por segmento Industrial e Misturadoras, a administração analisa as receitas por produtos, segregadas entre diferenciados e convencionais, bem como as receitas por cultura, como abaixo demonstrado:

Tipos de produto	2011	2010
Convencionais	2.984.101	2.347.390
Diferenciados	1.747.587	1.191.433
Venda Industrial	49.064	47.351
Receita bruta de vendas	4.780.752	3.586.174
Cultura	2011	2010
Cana	921.105	728.338
Soja	667.487	623.681
Milho	910.800	611.335
Café	880.396	600.566
Reflorestamento	302.605	214.612
Outras	1.098.359	807.643
Receita bruta de vendas	4.780.752	3.586.175

Os ativos por segmento de negócio podem ser assim demonstrados.

		31 de dezem	bro de 2011		31 de dezen	nbro de 2010
	<u>Industrial</u>	Misturadoras	Total	<u>Industrial</u>	<u>Misturadoras</u>	Total
Estoques Imobilizado Demais ativos	4.898 109.167	657.234 363.351 1.458.852	662.132 472.518 1.458.852	4.193 118.762	470.317 353.014 1.076.043	474.510 471.776 1.076.043
Total dos ativos	114.065	2.479.437	2.593.502	122.955	1.899.374	2.022.329

Não há informações disponíveis sobre os passivos por segmento, a administração analisa os passivos como um todo, por entender que não há, no momento, relevância na análise destes saldos por segmento.

Como anteriormente citado na Nota 19, o Ministério Público do Paraná propôs Ação Civil Pública onde se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR. O resultado do segmento Industrial está negativamente impactado pela paralisação da referida planta.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tais irregularidades apontadas pelo Ministério Público do Paraná podem ser assim resumidas: (i) suposta irregularidade dos processos de licenciamento ambiental da Unidade Industrial de Fertilizantes; (ii) na intervenção ilegal em Área de Preservação Permanente ("APP") e em área de Mata Atlântica; e, (iii) na prática das atividades de acidulação de rocha, granulação, armazenagem e mistura de fertilizantes, que incluem o armazenamento e utilização de produtos perigosos como ácido sulfúrico e enxofre, e indicariam a ocorrência de gravíssimos danos ambientais à flora, à fauna, ao solo e aos recursos hídricos locais, além de significativos transtornos à saúde e qualidade de vida de centenas de moradores vizinhos à fábrica da Companhia.

A administração, contudo contesta administrativa e judicialmente as alegações do Ministério Público, entendendo que a implantação de sua unidade industrial ocorreu dentro das normas vigentes e em pleno acordo com as exigências do Instituto Ambiental do Paraná – IAP.

Atualmente, por força de medida liminar, portanto provisória, datada de 28 de abril de 2010, a Unidade de Acidulação, Granulação e Conversão de Enxofre encontra-se totalmente paralisada, como noticiado inclusive via fato relevante.

Ressalta-se que a Unidade de Mistura de Paranaguá encontra-se liberada e em funcionamento.

Após impetrar os recursos administrativos e judiciais julgados cabíveis, a administração aguarda decisão a ser proferida nos autos, por meio da qual a Companhia pretende a liberação de todo o seu parque industrial.

Além dos recursos administrativos e judiciais antes citados, administração preparou e apresentou Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental ("EIA/RIMA") para análise do IAP e do Ministério Público Federal.

Amparada na posição de seus consultores jurídicos nenhuma provisão para perdas foi efetuada sobre os ativos da referida unidade ou para as ações cíveis citadas no parágrafo anterior.

A produção anual da unidade de Paranaguá-PR é de cerca de 250 mil toneladas de SSP (super fosfato simples) e 200 mil toneladas de acido sulfúrico, o que atualmente representa cerca de 40% da nossa necessidade de SSP, ou seja, 6% do total do nosso consumo de matérias primas de fertilizantes. A cultura de soja é que mais demanda esse fertilizante.

O montante de R\$ 12.024 referente a depreciação da fábrica foi registrado no resultado do exercício (2010 – R\$ 14.254).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32 Eventos subsequentes

(a) Combinação de negócios

A Companhia, em 4 de janeiro de 2012, adquiriu a totalidade das quotas da sociedade Maxifértil Fertilizantes Ltda. A Maxifértil está instalada no Município de Porto Alegre — RS e seu parque fabril tem capacidade produtiva nominal de 30.000 toneladas por mês, capacidade semelhante à da filial da Companhia de Porto Alegre — RS que opera em fábrica alugada e encerrará suas atividades, passando a produção para a unidade industrial adquirida. O valor da aquisição foi de R\$ 17.000, que será pago da seguinte forma:

Parcela	Vencimento	Valor
1 ^a 2 ^a 3 ^a 4 ^a 5 ^a 6 ^a 7 ^a 8 ^a	31/1/2012 29/7/2012 24/1/2013 24/7/2013 20/1/2014 18/7/2014 15/1/2015 14/7/2015	4.000 1.900 1.850 1.850 1.850 1.850 1.850
,		

(b) Restituição do saldo de imposto de renda e contribuição social

Em 13 de janeiro de 2012 o saldo residual do pedido de restituição, de imposto de renda e contribuição social a recuperar (Nota 9 (a)), no montante de R\$ 79.712, foi restituído a Companhia pela Receita Federal do Brasil.

17.000

* * *